



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

ENTRE O TRABALHO E A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA NA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES

LETÍCIA BORGES GÓES¹

TAINARA CONCEIÇÃO MENDES²

RESUMO:

O presente artigo discute sobre as dificuldades de permanência na trajetória acadêmica dos estudantes-trabalhadores do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a partir de uma pesquisa realizada como parte do grupo de estudos "Universidade, Formação Profissional e Permanência Universitária". O estudo buscou compreender e debater as complexidades vivenciadas pelos estudantes que enfrentam uma dupla jornada de conciliação entre trabalho e estudos, e de que maneira tal conciliação impacta na jornada acadêmica. Foi analisado nesse artigo o perfil desses alunos, o tipo de trabalho exercido, como ocorre a conciliação das atividades acadêmicas com as atividades econômicas e quais as principais dificuldades enfrentadas. Observou-se que a luta pela permanência material culmina na necessidade de o estudante trabalhar, o que causa a exclusão de tal indivíduo da vivência plena das experiências da vida universitária.

Palavras-chave: Evasão; Formação Profissional; Permanência Universitária;

ABSTRACT:

This article discusses the challenges faced by student-workers at the Center for Arts, Humanities, and Letters (CAHL) of the Federal University of Recôncavo da Bahia, based on research conducted as part of the study group "University, Professional Training, and University Persistence." The study aimed to understand and debate the complexities experienced by students who juggle both work and study commitments, and how this balance impacts their academic

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

journey. The article analyzes the profile of these students, the type of work they do how they reconcile academic activities with economic activities, and the main difficulties they encounter. It was observed that the struggle for material persistence leads to the necessity for students to work, which results in their exclusion from fully experiencing university life.

Keywords: Dropout; Professional Training; Student Retention

1. INTRODUÇÃO

As políticas de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil aumentaram consideravelmente o número de estudantes pertencentes às chamadas classes populares e com trajetórias de vulnerabilidade social, nas universidades. A partir da década de 1990 houve um processo de expansão de vagas nas instituições de ensino superior, que se intensificou entre 2003 e 2010 com a criação de 14 universidades, e o número de municípios que contavam com um campus universitário subiu de 114 para 230, levando dessa forma ao ingresso cada vez maior de estudantes de baixa renda à educação superior.

A entrada dessa parcela de estudantes na Universidade levantou uma questão importante que ganhou centralidade nos últimos anos: a necessidade de mais debates sobre a permanência universitária, afinal não basta apenas ingressar na faculdade, é preciso compreender que os discentes oriundos das classes populares experienciam um caminho mais difícil para a sua formação, dificuldades essas que envolvem a falta de suporte financeiro e insuficiências de auxílios permanência que acarretam na necessidade do aluno trabalhar para se manter na universidade. À vista disso, este artigo busca compreender e discorrer acerca das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de graduação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB), que estão envolvidos em uma “dupla jornada”, conciliando trabalho e estudos e de que forma tal conciliação impacta em sua trajetória acadêmica.

A metodologia utilizada baseia-se, sobretudo, no envolvimento com o grupo de estudos “Universidade, Formação Profissional e Permanência Universitária” e no levantamento bibliográfico sobre tal temática a fim de entender o histórico de acesso das pessoas provenientes das camadas populares ao ensino superior no Brasil, e as dificuldades de permanências desses indivíduos. Além disso contou com a aplicação de um questionário *on-line* entre os

estudantes-trabalhadores do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que buscou analisar o perfil desses alunos, o tipo de trabalho exercido, como ocorre a conciliação das atividades acadêmicas com as atividades econômicas e quais as principais dificuldades enfrentadas.

A motivação para tal pesquisa surgiu a partir de vivências das próprias autoras que em algum momento da graduação, seja em semestres anteriores ou no período atual, experimentaram os desafios e sentiram os impactos da jornada de trabalho e estudos, e busca-se aqui contribuir para a compreensão desses desafios e fomentar discussões sobre a permanência, seja ela material ou simbólica, dos estudantes trabalhadores.

2. UM BREVE HISTÓRICO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O debate sobre a permanência universitária requer um resgate histórico da universidade no Brasil, e a análise de sua institucionalização em território brasileiro evidenciou que o acesso dos indivíduos oriundos das camadas populares é algo relativamente recente. Durante o período de colonização as universidades eram inexistentes no país e o ensino superior era restrito à elite brasileira, conforme aponta Almeida (2014) aqueles que tinham acesso à formação superior eram os filhos da classe dominantes enviados a Portugal para estudar na Universidade de Coimbra. Segundo Mendonça (2000) o primeiro curso de ensino superior no Brasil foi criado apenas em 1808 após a chegada da família real e a partir daí todos os cursos instituídos no Brasil partiam da mesma preocupação de criar uma infraestrutura de sobrevivência da Corte na colônia, fator que contribuiu para a manutenção do caráter elitista da universidade.

Ainda segundo Almeida (2014) a partir da década de 1960 o perfil dos estudantes universitários passa a ter predominância nas classes médias por meio da expansão das vagas no ensino superior. Durante esse período notou-se o aumento de estudantes mais velhos e trabalhadores, porém é importante ressaltar que tais estudantes eram provenientes das classes médias, ou seja, o acesso das classes mais populares ou de baixa renda ao ensino superior ainda era escasso. Foi apenas a partir dos anos 1990, conforme salientado por Almeida (2014) com uma segunda onda de expansão que foi possível observar uma democratização do ensino superior, marcada pela luta- que se reflete até hoje- das classes mais populares (classe média baixa e baixa renda), pelo acesso à universidade.

É evidente que não houve uma universalização do acesso à educação superior, mas vale destacar que aconteceram avanços significativos no que diz respeito ao ingresso das camadas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

populares ou ditas “baixa renda” no ambiente universitário, principalmente durante o Governo Lula (2003-2011) por meio da expansão da Rede Federal de Educação Superior, com o Programa de Expansão Fase I, que teve como característica principal a interiorização do ensino superior e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)³, além de programas de bolsas em universidades privadas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e financiamento estudantil (FIES). Além disso, é válido pontuar também que o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Política de Cotas, que tem como finalidade incluir os jovens pertencentes a grupos étnicos e socioeconômicos historicamente desassistidos, desempenharam um importante papel como mecanismos de democratização do ingresso ao ensino superior.

A forma de entrada e seleção através do Enem, do Sisu e da Lei de Cotas pretende diversificar a universidade, para que a mesma deixe de ser composta apenas por estudantes oriundos da elite social, econômica e cultural. Portanto, a finalidade dessas políticas de democratização do ensino e inclusão social, propostas pelo governo Lula-Dilma é, em supremacia, atingir ao menos a heterogeneidade da população acadêmica na graduação, que é uma característica típica do sistema de massa. (Souza, 2017, p.30)

Contudo, é importante observar que apenas o ingresso à universidade não configura sozinho a democratização do ensino superior:

Sendo assim, a democratização do ensino superior não se restringe à expansão de oportunidades de ingresso e aumento de vagas. Além da ampliação do número de matrículas e da inclusão de jovens tradicionalmente desassistidos, em consequência das circunstâncias socioeconômicas vividas por eles, dos preconceitos e outros fatores, é fundamental que também lhes sejam garantidas condições de permanência sustentável, ou seja, os meios adequados para cursarem seus estudos com boa qualidade. (Souza, 2017 p.24)

Dessa maneira, é possível afirmar que para debater a democratização da educação superior, não basta discutir apenas o acesso às universidades, mas também a problemática da permanência dos estudantes, sobretudo daqueles pertencentes as camadas populares e em situações de vulnerabilidade social.

³ A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A partir do Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, promovendo a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, entre os anos de 2003 e 2012.

3. O DEBATE SOBRE A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Compreender o histórico do acesso ao ensino superior no Brasil contribui para uma análise mais atenta da trajetória completa dos estudantes de baixa renda, no que diz respeito também à permanência desses indivíduos, visto que a evasão está muitas vezes ligada à falta de condições financeiras dos mesmos. A problemática relacionada à permanência material de estudantes provenientes de camadas populares em universidades públicas constitui um desafio considerável, sendo a condição financeira um fator determinante. Segundo Ganan e Pinezi (2021, p. 6) “A sobrevivência concreta cotidiana e a forma de viabilizá-la objetivamente perpassa toda a trajetória acadêmica desses estudantes e, por vezes, pode retirar do(a) estudante a concentração necessária para dar resposta aos estudos.” A necessidade de trabalhar para suprir as despesas básicas de alimentação, transporte e moradia e a conciliação de tais atividades com as tarefas da vida acadêmica, intensificam as dificuldades de permanência.

Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre - em um passado e em um presente -, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição. (Portes 2006, p. 227)

Diante desse cenário, universidades públicas federais têm implementado programas de permanência estudantil, como é o caso do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que desempenha um papel importante ao proporcionar suporte financeiro para viabilizar a permanência e conclusão dos cursos, visando reduzir as preocupações relacionadas à moradia, alimentação e recursos didáticos. Tais medidas propiciam aos estudantes a superação de desafios financeiros, viabilizando, assim, uma participação mais plena na vida acadêmica.

(...)o auxílio assistencial permite, mesmo que parcialmente, a subsistência material e minimiza a necessidade de apoio financeiro familiar. Isso significa dizer que, embora os rendimentos da atividade laborativa do estudante deixem de compor o orçamento familiar, em contrapartida o acesso aos recursos da assistência estudantil possibilita a desoneração relativa dessas famílias que, na sua maioria, não têm condições financeiras de arcar integralmente com os custos de manutenção dos estudantes na universidade(...) (Ganan e Pinezi 2021, p.9)

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criada com o objetivo principal de assegurar que estudantes matriculados em instituições federais de educação superior, bem como em instituições de educação profissional e tecnológica, tenham as condições necessárias para permanecer e concluir seus estudos com êxito. Esta política é especialmente direcionada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reconhecendo a importância de oferecer suporte para que esses estudantes possam superar barreiras financeiras e sociais que possam dificultar sua trajetória acadêmica.

"Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão".(Amaral e Nascimento, 2010, p. 3)

Esses programas têm como objetivo principal o fortalecimento da assistência estudantil, oferecendo suporte nas áreas de moradia, alimentação, transporte, saúde, entre outros, para garantir que os alunos tenham as melhores condições possíveis para se dedicar aos estudos e, assim, reduzir as taxas de evasão. Segundo relatório da UFRB, em 2023 foram distribuídos entre os estudantes da universidade, 3633 auxílios na graduação vinculados ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ)⁴, além de 608 bolsas vinculadas a atividades de ensino, pesquisa e extensão. O gráfico abaixo demonstra os auxílios permanência referentes ao ano de 2023:

Gráfico 01 Relação dos Auxílios do Programa de Permanência Qualificada



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento da UFRB (<https://www.ufrb.edu.br/proplan/numeros> Acesso em: 14. Ago. 2024)

Todavia, vale destacar que mesmo com todos os esforços implementados pelos programas de assistência estudantil, persistem desafios uma vez que o acesso ainda é muito burocrático, a oferta de bolsas não é suficiente para todos e por isso muitos estudantes não conseguem usufruir

⁴ O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, põe em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de tais programas, precisando dessa forma trabalhar para suprir suas necessidades básicas ou até mesmo auxiliar no sustento da família.

Os desafios enfrentados pelos estudantes em situação de vulnerabilidade social não configuram apenas a questão material, perpassam também a questão da permanência simbólica, que está relacionada à garantia de condições que permitam que os estudantes se sintam acolhidos e integrados à comunidade acadêmica. Porém, esses estudantes pertencentes às classes populares acabam por encontrar um certo estranhamento ao ingressar na universidade, por se tratar de um universo distante do seu. (Santos 2009) Tal estranhamento e distância tornam-se mais atenuados quando se trata de um estudante trabalhador uma vez que, a sobrecarga de trabalho e estudos não lhe permitem participar ativamente de todas as atividades que a universidade oferece, o que configura mais um obstáculo para a permanência de tal indivíduo no ensino superior.

Na busca por condições de permanecer materialmente na Universidade, alguns estudantes podem também, abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar e essa escolha tem impactos na permanência simbólica já que repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica. (Santos, 2009, p.72)

Dessa forma percebe-se que ao buscar a sua permanência material na universidade, o estudante-trabalhador não vivencia a experiência universitária de forma plena, perdendo as diferentes atividades dessa nova cultura, conforme ressaltado por Santos (2009).

3. OS DESAFIOS DA DUPLA JORNADA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DO CAHL

Diante das discussões aqui levantadas e considerando-se também os debates acerca da permanência universitária desenvolvidos no grupo de estudos “Universidade, Formação Profissional e Permanência Universitária” buscou-se nessa pesquisa compreender os desafios da dupla jornada dos estudantes do Centro de Artes, Humanidades e Letras que necessitam conciliar a vida profissional com a vida estudantil. Para tanto foi realizada a aplicação de um questionário

entre os estudantes do centro atingindo 25 participantes matriculados nos cursos de Museologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Gestão Pública.

A pesquisa buscou primeiro analisar o perfil desses estudantes e no que diz respeito ao semestre que estão cursando, 32% desses estudantes estudam entre o 1º e o 3º semestre, 52% estão entre o 4º e o 6º semestre e 16% cursam entre o 7º e o 10º semestre. Quanto ao turno em que estão matriculados a maioria deles, 52% são do turno diurno, enquanto 32% frequentam o noturno e apenas 16% dos discentes que responderam a pesquisa pertencem ao turno vespertino. Em relação ao gênero 68% são mulheres e a faixa etária predominante é a de 27 anos ou mais (56%).

No tocante ao tipo de trabalho exercido percebeu-se uma predominância dos empregos informais, 34% dos estudantes responderam que exercem atividades autônomas, de freelancer e prestação de serviços. Os estudantes que trabalham em regime CLT somaram 20% dos respondentes, enquanto 12% disseram trabalhar em empregos temporários. O restante das atividades relatadas são os serviços públicos e atividade rural. Analisando sobre a jornada de trabalho, a predominância foi a jornada de 44 horas semanais, abrangendo 36% dos estudantes, seguida da jornada de até 20 horas semanais (20%). Chama a atenção o fato de que 16% dos estudantes-trabalhadores responderam enfrentar uma jornada de trabalho acima de 44 horas semanais.

O restante da pesquisa buscou entender o desempenho dos estudantes trabalhadores na vida acadêmica. A maior parte deles (40%) revelou que direciona entre 4 a 8 horas semanais para o estudo do conteúdo de seus cursos fora do período de aulas, e 32% dos estudantes disse que dedica até 4 horas semanais para esse estudo, o que não é o ideal para um estudante universitário. Apenas 12% dos discentes dedica mais de 12 horas semanais para o estudo fora do período das aulas. O horário em que essas atividades são desenvolvidas é em grande parte no período da noite/madrugada e durante o horário de almoço, o que mostra que esses estudantes estudam quando “sobra” um tempo.

Sobre a participação nas atividades científico-acadêmicas desenvolvidas pela universidade (Seminários, Palestras, Debates, fóruns, congressos etc.) apenas 12% responderam que participam ativamente de tais atividades, enquanto 64% participam de forma parcial e 24% não participam de forma nenhuma. A presença desses estudantes em projetos de pesquisa e extensão é ainda mais escassa. Entre os alunos pesquisados, 80% disseram não participar de nenhum tipo de projeto de pesquisa e extensão, o que evidencia a dificuldade dos estudantes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadores em vivenciar a experiência acadêmica de maneira completa, envolvendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Já em relação ao rendimento acadêmico, 28% dos entrevistados disseram possuir um rendimento razoável, 4% deles consideram o desempenho acadêmico ruim e 68% consideram o seu rendimento bom o que mostra que, apesar de todas essas dificuldades conseguem manter o rendimento satisfatório, porém é importante salientar que isso implica um esforço extra desses estudantes para manter tal desempenho, como os dados mostraram a maioria desses estudantes utilizam as madrugadas e os horários das refeições para estudar.

Questionou-se também se os colegiados oferecem suporte e acompanhamento acadêmico aos estudantes-trabalhadores, visto que, essa é uma das ações de enfrentamento à evasão prevista na Política de Enfrentamento à Evasão do CAHL 2022-2023 (PEEV-CAHL)⁵. Quanto a isso, 68% dos discentes alegaram não haver formas de suporte e acompanhamento acadêmico a esses estudantes, enquanto 28% disseram não ter conhecimento da existência de tais ações. Por fim, 80% dos estudantes entrevistados disseram já ter cogitado a possibilidade de abandonar o curso e 88% responderam que precisaram em alguma ocasião faltar à aula devido ao trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desse estudo foi compreender os desafios enfrentados pelos estudantes que precisam conciliar a vida na universidade com a vida profissional. Ficou evidente ao analisar o histórico do acesso das camadas populares ao ensino superior que, apesar de todas as lutas que culminaram na presença mais significativa para que tais camadas na universidade, a permanência para esses indivíduos ainda é um grande desafio, uma vez que, muitos estudantes não conseguem ter acesso aos auxílios permanência e precisam recorrer ao trabalho para garantir a permanência material na universidade, e essa busca pela permanência material interfere na permanência simbólica dos mesmos.

A análise do questionário respondido pelos discentes mostrou que há uma sobrecarga causada pela rotina trabalho-estudos que os afasta da experiência universitária completa uma vez que os exclui da participação nas atividades de pesquisa e extensão que compõem o tripé do ensino superior.

⁵ Política de Enfrentamento a evasão do CAHL disponível em <https://ufrb.edu.br/cahl/politica-de-enfrentamento-a-evasao>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante desse panorama é evidente a necessidade da sistematização das discussões e ações de enfrentamento à evasão e garantia de permanência dos estudantes-trabalhadores. Faz-se necessário a criação e/ou ampliação de políticas que considerem as especificidades dessa categoria de estudantes, que devido a essa jornada dupla muitas vezes não conseguem integralizar os seus estudos.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, Débora Cristina. (Orgs). Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2014, p. 239-273.

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. In: Anais... Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió: IFAL, 2010. Disponível em:

<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/336> . Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M.. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. Educação em Revista, v. 37, p. e228757, 2021.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 131–150, maio 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdCvKtgLrFskfxLJ/?lang=pt#> Acesso em: 08. abril.2024

Política de Enfrentamento à Evasão do CAHL 2022 – 2023. In: Universidade Federal do recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cahl/politica-de-enfrentamento-aevasao>

Acesso em 05.abril.2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PORTES, ÉCIO. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 87, n. 216, 1 jun. 2006.

SILVA, N. N. DA .; SANTOS, A. P. DOS .; REIS, J. M. DOS S. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. Educação & Sociedade, v. 42, p.254-841, 2021.

SOUZA, Telma Lima de. Enem/Sisu: Política Pública de Inclusão e Democratização do Acesso ao Ensino Superior ? 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.unifei.edu.br/> Acesso em: 13. Ago. 2024

UFRB em números. In: Universidade Federal do recôncavo da Bahia. Disponível em:
<https://www.ufrb.edu.br/proplan/numeros> Acesso em: 14. Ago. 2024